

Tania Bessone

*Resumo:* A instalação da imprensa no Brasil permitiu que a circulação de livros aumentasse, mesmo que se leve em conta as dificuldades de ampliação do público leitor, devido a um alto grau de analfabetismo. A leitora foi uma nova conquista que permitiu o aumento de oferta de romances e romances-folhetins, poesia e belas letras em geral. A conquista desta leitora se fazia também a partir de anúncios em jornais. Este público em potencial também promoveu o aumento do interesse de livreiros estrangeiros, que passaram a formar a maioria no comércio, sobretudo no Rio de Janeiro. As leitoras começaram lentamente a escrever livros e peças de teatro, tornando-se autoras.

*Palavras-chave:* história do livro; leitoras no Brasil; livros e leituras no século XIX.

Diz-se também de uma mulher que se erigiu em *autor*, quando escreveu algum livro ou peça de teatro.

*Dictionnaire Français* de Richelet (século XVII).

Nesta epígrafe está registrado um verbete sobre *autor* que consta de um dicionário francês de 1680. No caso de ser uma mulher a escrever um livro ou uma peça, mesmo que tenha sido classificada como possível autora (sem direito ao nome no feminino), mantinha um abismo entre ela e os autores masculinos. Note-se também que ela poderia *se erigir em autor*, e não em autora. Havia na própria definição um estatuto inferior para as mulheres, em relação ao autor do sexo masculino. De qualquer forma, o dicionário frisava que para “erigir-se como autor exigia que a pessoa escrevesse e também fosse publicada”.<sup>1</sup> Portanto ter leitores assegurava a inserção deste autor entre seu público, e o legitimava quanto a sua publicação, o que geralmente não acontecia entre as mulheres.

No Brasil, as mulheres demoraram a ser reconhecidas como autoras ou escritoras. O primeiro passo foi para serem leitoras. No dicionário de Antônio de Moraes Silva, em 1813, só existe a palavra *escritor*, singular e masculino, considerado *autor de alguma obra escrita*.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Roger Chartier. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1994. p. 45.

<sup>2</sup> SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Fac-simile da segunda edição de 1813. Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Oficinas da S. A. Lito-Tipografia Fluminense, 1922. p.743.

Durante o período colonial houve interdição de prensas no Brasil. Somente depois de instalada a Impressão Régia o país experimentou os privilégios de acesso à imprensa. No entanto, os livros eram objetos caros, raros e inicialmente controlados pela censura de um órgão denominado Mesa do Desembargo do Paço. Além disto, não eram muito acessíveis às mulheres, na sua maioria, analfabetas.

Os livros eram produzidos quase que exclusivamente por homens e eram produtos de retorno financeiro baixo, sobretudo para os comerciantes que no Brasil enfrentavam uma população maciçamente analfabeta. Outros obstáculos existentes eram quanto à censura, e à escassez de lugares de venda ou consulta – livrarias ou bibliotecas –, sobretudo na primeira metade do século XIX. Outro fator dificultava a circulação: os livros eram ainda caros para a maior parte do público, tendo alguns autores que recolher subscrições entre amigos para poder financiar uma publicação. Objeto frágil, pesado para o transporte no caso de importação, o livro e seus comerciantes tiveram de se submeter a uma série de restrições, o que resultava em uma publicação de baixo padrão de qualidade, com o preço em desacordo com suas características. Estes fatores foram pouco a pouco superados com a chegada de livreiros e tipógrafos europeus.

Os livreiros se especializaram, à medida que o livro começou a se tornar objeto de consumo, mais difundido e necessário, para o dia-a-dia de estudantes, professores, médicos, advogados e engenheiros que, sobretudo nas escolas da Corte, em Recife, Bahia ou São Paulo, demandavam uma gama de livros científicos e técnicos. Os antes denominados “tratantes em livros” – incluía comerciantes estabelecidos em outros tipos de negócios que, em meio a várias quinquilharias, vendiam também livro – foram substituídos lentamente por gente que se dedicava aos diversos ramos da produção.<sup>3</sup>

No início foi tarefa exclusiva da Impressão Régia, mas, em seguida, gráficas particulares foram autorizadas a funcionar e a produção de livros se ampliou. Muitos dos livros que circulavam no Brasil eram impressos na Europa, sobretudo na França. Ao longo do século XIX, manteve-se um relativo equilíbrio no número de livrarias, até 1870, quando a cidade do Rio de Janeiro passou a ter 35 delas. Em 1890, houve nova ampliação e atingiu-se o número de 45, quando as tipografias passaram de 30 a 67. Neste cômputo não estão incluídas as litografias, que passaram a ser mais numerosas e a ter maior qualidade técnica. As fundições também cresceram e foram responsáveis pelos recursos

---

<sup>3</sup> Ver HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. p. 46-50.

básicos para o trabalho instrumental realizado nas gráficas, que, por sua vez, eram responsáveis também pela impressão das litografias.

Quanto ao filão das leitoras, apesar de serem poucas, sobretudo em relação às europeias, as cariocas ajudaram a modificar um quadro de estagnação que aparentemente não teria muitas chances de vencer. No mundo ocidental, o século XIX foi o período de extraordinário crescimento do público leitor, além de permitir o surgimento de novos leitores: mulheres, operários e crianças.<sup>4</sup> Neste texto analisarei apenas as poucas mulheres que tinham o privilégio de ser alfabetizadas. No entanto, entre as analfabetas, algumas conseguiam compreender e se apropriar de um texto, já que há inúmeras formas de fazê-lo. A leitura em voz alta era uma alternativa que conhecemos bem através da literatura. Machado de Assis, José de Alencar e muitos outros romancistas brasileiros tratam deste assunto quando falam dos saraus, das mulheres que costuravam ouvindo uma história, da leitura do último folhetim em voz alta. No Brasil, as mulheres que tinham acesso à escola eram muito poucas.

No entanto, na Europa, o número de leitores cresceu, exatamente devido ao acesso à escola. Como exemplo significativo desta nova população de leitoras, podemos citar a França, onde 30% das mulheres sabiam ler. Na Inglaterra, este número era mais extraordinário: 55% das mulheres liam e na Alemanha, por volta da década de 1870, a taxa de alfabetização era de 88% da população.<sup>5</sup> Um outro fator foi a profissionalização dos livreiros editores que passaram a conhecer melhor as preferências de leitura e a organizar coleções que interessavam o público feminino. Este público passou a apreciar romances açucarados e que eram publicados em exemplares baratos para aumentar os índices de lucros e vendas.

No Brasil, ao contrário de algumas interpretações historiográficas, estudos recentes demonstram que, no início do século XIX, em especial após a instalação da Corte no Brasil, o comércio de livros adquiriu certa importância, como sinaliza, aliás, a constituição de algumas bibliotecas particulares. Havia, porém, um grande número de analfabetos, isto é, cerca de 8 milhões de analfabetos para 1,5 milhão de alfabetizados, isto é somente 15,8% da população sabia ler. No entanto, isto não impediu que logo se instalassem livreiros no Brasil. No Rio de Janeiro, os primeiros livreiros especializados eram de origem francesa, como João Roberto Bourgeois e Paulo Martin. Instalados desde a última década do século XVIII, mantinham negócios em cidades como Lisboa, Porto e Londres. Paulo Martin foi o livreiro-editor mais

---

<sup>4</sup> CAVALLLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ed. Ática, 1999. v. 2. p. 165.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p.165-166.

importante até 1822, sendo distribuidor oficial da *Gazeta do Rio de Janeiro* e autor de alguns catálogos, que fornecem uma idéia das obras oferecidas ao público.<sup>6</sup>

Entre 1808 e 1822, os anúncios da *Gazeta* e do *Diário do Rio de Janeiro* permitem identificar os seguintes livreiros na Corte: Paulo Martin, Francisco Saturnino da Veiga, Manuel Jorge da Silva, Jerônimo G. Guimarães, Francisco Nicolau Mandillo, João Baptista dos Santos, João Roberto Bourgeois, Joaquim Antônio de Oliveira, Antônio Joaquim da Silva Garcez, Manuel Joaquim da Silva Porto e o francês Pierre Constant Dalbin. Os dois últimos também foram editores e Dalbin chegou a imprimir um catálogo, em 1820. Na loja de Silva Porto, na época da Independência, reuniam-se curiosos de novidades políticas, constituindo-se um espaço de sociabilidade.

Nas demais províncias, o número de livreiros, entre 1808 e 1822, era bastante restrito. Na Bahia, o comerciante português Manuel Antônio da Silva Serva parece ter iniciado a venda de livros como parte de um negócio que envolvia outras mercadorias, mas, em inícios de 1811, estabeleceu uma tipografia, tornando-se também o editor responsável pela impressão do primeiro jornal baiano – a *Idade d’Ouro do Brasil*. Um outro livreiro, João Baptista Gonçalves, fazia anunciar-se no mesmo jornal baiano.

Entre 1821 e 1822, as livrarias adquiriram um papel de destaque, em função do debate político, constituindo-se como um espaço privilegiado da embrionária esfera pública literária, enquanto ponto de encontro e de conversas para uma elite intelectual reduzida, mas atuante. No entanto, o comércio de livros proporcionava baixos lucros e alguns livreiros mantinham as vendas de produtos diversos, dedicando-se também à publicação de periódicos, obtendo maior volume nos negócios e ampliando o número de leitores.

A cidade de São Paulo, apesar de contar com a Faculdade de Ciências Jurídicas (1827) e uma demanda por livros para os estudantes de direito, só veio a se destacar no comércio livreiro em finais do século XIX e início do século XX. Em todo o Brasil havia atividades de gráficas que eram ao mesmo tempo tipografias e livrarias, destacando-se algumas províncias que por razões econômicas tiveram um significativo crescimento. Mas, de um modo geral, usavam equipamentos obsoletos e não tinham informações, nem recursos que facilitassem a incorporação de progressos técnicos europeus. No Maranhão, estabeleceram-se vários profissionais que competiam para produzir impressos de qualidade, como José Maria Correa de Frias, Pereira Ramos, Belarmino de Mattos e Joaquim Correia Marques da Cunha Torres que imprimiam jornais, revistas e antologias que também vendiam. Em Pernambuco, na cidade de Olinda havia, em 1831, uma livraria de propriedade de Miguel Figueiroa de Faria,

---

<sup>6</sup> VAINFAS, Ronaldo (Org). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p. 484-487.

denominada Pinheiro, Faria e Companhia. Em outras províncias brasileiras, eram mais comuns as tipografias que realizavam impressões e se responsabilizavam pela venda de suas publicações, como era o caso da cidade de Belém e outras do norte ao sul do Brasil.

No Rio de Janeiro, um dos primeiros a ter sucesso neste tipo de empreendimento foi Pierre René François Plancher de la Noé. Imigrante francês, fugido de lutas políticas, criou uma casa editora em 1824, a partir de uma pequena tipografia instalada na Rua dos Ourives, e depois na Rua do Ouvidor. Investiu na publicação de periódicos como, por exemplo, *O Espectador Brasileiro* (1824-27), algumas revistas e o *Jornal do Commercio*, que foi lançado em outubro de 1827, em substituição ao antigo *Diário Mercantil*, um dos jornais que havia adquirido. Publicava também o *Almanaque Plancher*, um catálogo simples que divulgava informações úteis sobre meios de transporte, mercadorias e calendários, chamados de *Folhinhas de Algibeira e de Porta*, muito populares, e foi também responsável pela introdução da litografia no Brasil. Publicou diversos guias como o *Guia de conversação brasileira e francesa* de G. Harmonière e também o *Dicionário das ruas do Rio de Janeiro*, em português, francês e inglês. Tinha tão boas relações com D. Pedro I que este lhe concedeu o título de Impressor Imperial, quando só tinha três meses de trabalho no Brasil.<sup>7</sup>

Em 1831, Plancher vendeu seu negócio a Junio Constance de Villeneuve que se tornou também importante livreiro, preservando o *Jornal do Commercio*, sob o controle da família até 1890. Outros importantes livreiros no Rio de Janeiro eram Francisco de Paula Brito, Louis Mongie, Firmin Didot, Baptiste Louis e Hyppolite Garnier, E. e H. Laemmert, Cruz Coutinho e Francisco Alves. A presença francesa era significativa e ficava evidente nos sobrenomes dos livreiros. A região da cidade que mais concentrava este comércio era na Rua do Ouvidor e arredores.<sup>8</sup>

No entanto, uma livraria localizada fora desse circuito, na Praça da Constituição nº 64 (atual Praça Tiradentes), de propriedade de Paula Brito, foi a que primeiramente cristalizou na cidade do Rio de Janeiro a tendência de promover encontros e debates entre seus frequentadores. Compositores, artistas, romancistas, políticos, jornalistas e um excepcional número de médicos a frequentavam, chegando a criar uma espécie de sociedade cultural, prosaicamente denominada de *Sociedade Petalógica*, porque afirmavam contar muitas petas (mentiras) e dar asas à imaginação. Em 1851, uma das revistas publicadas por Paula Brito, *A Marmota da Corte* possuía um encarte com figurino, que era litografado. Brito publicava

---

<sup>7</sup> Cf. HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985 e RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.

<sup>8</sup> Cf. MARTINS Wilson. *História da inteligência brasileira, 1550-1960*. São Paulo: Cultrix, 1977-1978.

obras de interesse do público feminino, como as revistas *A mulher do Simplício* e *A Fluminense Exaltada*, que tratavam de assuntos de interesse das mulheres. Também as publicações referentes à área de medicina fizeram a fama de Paula Brito. Foi também um dos pioneiros em publicar libretos de ópera. Em 1861, ano de sua morte, os negócios iam mal e sua livraria tinha perdido muito em importância, apesar de contar com subvenção do imperador Pedro II. A viúva de Brito continuou em atividade, mas o negócio ficou estagnado se comparado ao período quando Paula Brito era vivo.

A livraria de Mongie, em funcionamento entre 1832 e 1853, possuía um acervo muito diversificado e era muito procurada por praticar bons preços. Ela representava a casa francesa do mesmo nome, instalada em Paris. Também tinha fama de concentrar muitos frequentadores que logo se tornaram um grupo atraído pelo prazer da conversação, animada e culta. Muitos dos livreiros em atividade no Rio de Janeiro tiveram formação anterior em tipografias e na cidade do Rio de Janeiro, chegaram a ser, entre 1808 e 1900, 149 tipógrafos em atividade. Havia também outros livreiros franceses representando as sedes francesas como Bossange, Aillaud e Firmin Didot.

Por ser o centro político e intelectual no período imperial, o Município Neutro da Corte tinha as mais importantes livrarias e também a possibilidade de atender leitores em todo o território brasileiro, usando mecanismos como a expedição postal, habitualmente divulgada em anúncios nos jornais. Havia também profissionais impressores para litografias e xilogravuras, como os belgas proprietários da livraria Lombaerts, Jean Baptiste e seu filho Henri Gustave, que realizavam trabalhos por encomenda e permaneceram em atividade entre 1821 e 1897. Os suíços Leuzinger estabeleceram-se no Rio de Janeiro, em 1832, com uma livraria e papelaria, e no final do século XIX, se tornaram especialistas em encadernações e xilogravuras, com qualidade considerada superior e igualável aos padrões europeus.

Um importante livreiro editor do Rio de Janeiro, vindo de Paris em 1844, foi Baptiste Louis Garnier. Os irmãos Garnier, Baptiste e Hippolyte tiveram um papel significativo publicando autores brasileiros e ampliando a valorização da impressão de livros brasileiros em Paris. O formato francês do livro brasileiro foi introduzido por Garnier, como também os preços de capa fixos. Baptiste era o editor de Machado de Assis, e chegou a ser agraciado com o título de oficial da Ordem da Rosa, título honorífico de bastante importância no período. O principal concorrente dos irmãos Garnier eram os Laemmert, Eduard e Heinrich. Eduard tinha vindo para o Brasil como representante dos livreiros Bossange, em Paris. Associaram-se a um português chamado Souza, que representava um outro livreiro francês J. P. Aillaud, criando a firma Souza Laemmert. Mais tarde, Heinrich também veio para o Rio e juntos constituíram

uma nova firma, a E. & H. Laemmert, anunciando-se como mercadores de livros e música. Tornaram-se editores muito bem-sucedidos, tendo como principais características de publicação uma folhinha anual, guias de bolso, livros de autores brasileiros e traduções do inglês, do francês e do alemão. Publicava o famoso *Almanack Laemmert administrativo, mercantil e industrial de Corte e da província do Rio de Janeiro*. A livraria dos Laemmert funcionava na Rua do Ouvidor e se chamava Livraria Universal.<sup>9</sup>

Neste contexto as livrarias não pareciam estar em retração. As novas leitoras tinham preferência por textos leves e livros de preço baixo. Estes eram os que vendiam mais. O público feminino era incentivado a comprar através de anúncios de jornais. A Livraria Globo tinha como estratégia a publicação de quadrinhas pelas quais enfatizava as características mais apreciadas por este público: o preço baixo.

*De onde vens? Oh! Mulher?*

*- Da livraria do Globo; fui comprar livros; são tão baratos, que eu não pude resistir.*

*-Oh! Mulher, pelos demônios, como saístes de casa sem a minha ordem?*

*-Oh! Manduca. Lê os anúncios no jornal e farás mais que eu.*

*- O que fizeste mulher dos 10\$ que eu te deixei em cãs?*

*-Vê: dez cestas de livros. Servem para você, para a sua avó e toda a nossa família.*<sup>10</sup>

O texto do diálogo, as desculpas, as estratégias deixam transparecer a sociedade hierarquizada à qual a mulher devia se submeter. A única alternativa para justificar a fuga de casa era o fato da mulher ter saído para comprar livros baratos para toda a família. As mulheres tinham pouca liberdade para saírem sozinhas, e menos ainda para gastar o orçamento doméstico em livros e, por isto, podemos depreender que o anúncio era altamente fantasioso.

No final do século XIX, a livraria que mais anunciava era a Globo, que tinha bons catálogos de obras em português, e em francês. Muitas outras livrarias que também anunciavam em jornais davam ênfase às características dos livros quanto ao seu suporte: tipo de encadernação, qualidade do papel, com autores considerados clássicos ou de grande público. Estas livrarias concentravam-se no centro da cidade e muitas delas mantinham atualizados seus anúncios, tais como: Garnier – Rua do Ouvidor, nº 69, Enciclopédica – Rua Gonçalves Dias, nº 72, E. e H. Laemmert – Rua do Ouvidor, nº 68 e Cruz Coutinho – Rua São José nº 75 e Casa de uma Porta Só – Rua São José, nº 69. A Livraria Laemmert & C. Editores fez publicar, durante o ano de 1890, 40 anúncios,

<sup>9</sup> Cf. BESSONE, Tania Maria. *Palácio de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros*. Rio de Janeiro (1870-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

<sup>10</sup> Cf. JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 2 set. 1891.

incluindo neles 393 diferentes obras. A livraria do Povo, apesar de só apresentar, ao longo de 1890, oito anúncios, divulgou 1.035 títulos nas páginas do jornal.

Na verdade, nos anos 1890, as mudanças nas formas de divulgação de livros ocorreram qualitativa e quantitativamente. Os totais de anúncios anuais, comparados ao número de volumes veiculados, caracterizavam a diminuição gradual do tamanho dos anúncios, porém com um tratamento bibliográfico mais cuidadoso. Os percentuais mais elevados dos anúncios de livrarias para os primeiros anos do século XX deixam perceber uma recuperação do interesse em anunciar – predominando a ênfase no aspecto qualitativo das obras –, embora nunca alcançassem os níveis encontrados para os anos 1870. Essa comparação teve como base pesquisas sobre os últimos anos da década de 1890, marcada por uma queda acentuada, tanto nos percentuais em relação a outros produtos, quanto nos seus índices tradicionais.<sup>11</sup>

Destacavam-se, na imprensa, as obras de literatura, especialmente as escritas em língua portuguesa: José de Alencar, Araripe Júnior, Coelho Neto, Eça de Queiroz. Também autores franceses, sobretudo livros-folhetins como os de Alexandre Dumas e Ponson du Terrail, um best-seller na França e no Brasil, principalmente com as *Aventuras do Rocambole*. A coleção completa do livro *Rocambole*, anunciada pela livraria Central, tinha atingido 95 fascículos, que estavam encadernados em 28 volumes, sob forma de coleção de algibeira.<sup>12</sup> As leitoras tinham, compravam, liam e comentavam este herói canalha, nas palavras de Marlyse Meyer.

Autor muito consumido na França e no Brasil, Ponson du Terrail<sup>13</sup> teve um sucesso mais duradouro que outros e era considerado um dos mestres do romance-folhetim. Sua família rejeitava sua escolha de escritor, pois havia uma tradição de vincularem-se à Marinha, mas Terrail optou por viver de seus textos, desde 1850. Seus romances mais conhecidos foram *As aventuras de Rocambole, e os Dramas de Paris (1859)*, com textos reunidos em 1884. *As aventuras de Rocambole*, de tão cheias de intrincadas peripécias geraram o termo rocambolesco. Tinha grande capacidade de trabalho, chegando a escrever, nos piores anos, cerca de 30 títulos, inclusive fornecendo material para muitos jornais parisienses ao mesmo tempo. Esses autores de romances e textos de aventuras, considerados pelos mais sofisticados como literatura popular, sem muita respeitabilidade literária, foram consumidos por um longo período. Seus textos apareceram primeiramente publicados como

---

<sup>11</sup> Anúncios no Jornal do Commercio na década final do século XIX e início do XX.

<sup>12</sup> JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 3 mar 1903 e 15 mar 1903.

<sup>13</sup> Pierre Aléxis, Visconde de Ponson du Terrail, nasceu em Montmeur, França em 8 de julho de 1829 e morreu em Bordeaux no dia 10 de janeiro de 1871. Cf. PAUL PONSON DU TERRAIL (1829-1871). Disponível em: <<http://www.roman-daventures.info/auteurs/france/francais3.htm>>.

pé de página ou encarte nos jornais. Depois, encartados em volumes que compunham bibliotecas particulares.

Mas não foi só entre elas, o folhetim francês <sup>14</sup> ganhou muitos adeptos no Brasil. Outro autor muito apreciado era Paul de Kock..<sup>15</sup> Muito prolífico, produziu além de peças teatrais, textos para jornais, romances populares em fascículos. Muitas de suas publicações incluíam ilustrações, mas a preferência era por exemplares com papel de qualidade mais barata, cujo objetivo era vender a preços mais acessíveis. Escrevia copiosamente e chegou a produzir cerca de 400 textos, entre romances, *vaudevilles* e melodramas. Adquiriu imensa popularidade na França, seguindo-se o sucesso no Brasil. Seus textos tinham muitos diálogos e humor, e eram muito apreciados. Chateaubriand considerava-o como um grande inspirador para os leitores: “Com ele se pode rir, e ter esperanças”. <sup>16</sup>

Mesmo com esta receptividade entre o público em geral, não eram bem avaliados por cronistas, romancistas e críticos. Tornaram-se objetos de curiosidade ou críticas, mas eram citados freqüentemente em artigos e crônicas de jornais. Machado de Assis, que apesar de não se declarar leitor do *Rocambole*, usava vez por outra situações retiradas da obra em suas crônicas e artigos em jornais do Rio de Janeiro. Com textos que traduziam uma grande imaginação e estavam povoados de um grande viés para a inverossimilhança, e para o sentido de aventura, manteve esta inserção entre leitoras, cativadas primeiramente pelos fragmentos publicados nos jornais, tal como tinha acontecido na França.

Para estudiosos da história do livro e da leitura, Ponson é tido como um dos pioneiros entre aqueles que puderam sobrepujar seus interesses de autor aos dos editores, e donos de jornais. O campo intelectual para autores que só viviam da pena já estava criado. Há inclusive uma anedota, contada por vários biógrafos de Terrail, que é muito esclarecedora, neste sentido. Aborrecido com os recursos que recebia pelos seus escritos, Ponson pressionou seus editores por um aumento. A demanda foi negada, e Ponson escreveu um último capítulo do *Rocambole*, deixando todos os personagens como prisioneiros, dentro de um cofre. Naturalmente criou um suspense e deixou seus leitores curiosíssimos quanto ao desfecho. Os editores lutaram para conseguir redatores substitutos que resolvessem a questão, e dessem um desfecho interessante à história. Porém, ninguém apresentou texto que resolvesse a trama. No entanto, os leitores estavam ávidos, e nada da seqüência das aventuras. Pressionados, os editores convocaram Ponson, concordando com suas exigências. Rapidamente ele apresentou

---

<sup>14</sup> Marlyse Meyer. *Folhetim. Uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>15</sup> O nome completo era Charles Paul de Kock. Nasceu em Passy, Paris em 1794 e morreu em Saint Denis, em 1871. CF. BIBLIOTHEQUE NUMERIQUE GALLICA. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/anthologie>>

<sup>16</sup> *ibidem*.

um novo capítulo que começava mais ou menos assim: “depois de se libertarem do interior do cofre, Rocambole e seus companheiros[...]”, e assim continuou sua saga, para o deleite de suas leitoras.

Uma outra forma de divulgação de obras que chegavam às livrarias eram os leilões de livros. Realizados por profissionais, eram divulgados por jornais. Os índices e catálogos destes leilões demonstravam que o público se transformava, e servem de indicação para o retraimento no consumo de obras de teologia, e a aquisição cada vez maior de textos leves e de folhetins. Tomando-se os dados do *Jornal do Commercio*, pode-se fazer uma estatística baseada no período de 1870 a 1879. Os leilões eram realizados, pelo menos, uma vez por semana. Enquanto os títulos religiosos apareceram em 24% dos leilões, os de belas letras estavam presentes em 90% deles e os livros de história em 82%.<sup>17</sup>

Em alguns casos, divulgavam-se os nomes de proprietários de bens leiloados. Nos acervos, misturados aos objetos domésticos e obras de arte apareciam também os livros. Faziam leilões de seus bens vários tipos de pessoas, por questões de herança ou mudança. Nos anúncios encontravam-se historiadores, juízes, procuradores, comerciantes, instituições que utilizavam a sistemática como forma de vender a totalidade, ou parte de seus livros, compelidos por questões pessoais ou judiciais. Algumas livrarias do Rio participavam desses leilões para captar obras que revendiam como sebo ou para se desfazerem de edições que tinham acumulado por falta de consumidores. Em 1890, com incidência maior que a habitual, alguns leiloeiros divulgaram os nomes dos proprietários dos livros apregoados. Selecionei alguns nomes que eram representativos e, dentre os quais estavam as de algumas mulheres talvez por serem herdeiras:

---

Leilões de livros com proprietários identificados (1890)

---

Nome do leiloeiro: ASSIS CARNEIRO

Endereço: Rua Sete de Setembro, número 41

Número total de volumes: 1.718

Nome dos proprietários: Antônio Gonçalves de Miranda  
Antônio Francisco Pinto  
Antônio Justiniano Rodrigues  
Antônio Teixeira de Castro  
D. Maria Amália  
Ivaro Braga  
Carolina A. Matos

---

<sup>17</sup> Levantamento no *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1870-1879.

Nome do leiloeiro: ENEAS PONTES  
Endereço: Travessa de São Francisco de Paula, número 11  
Número total de volumes: 5.113  
Nome dos proprietários: D. J. Carlos  
Eduardo Domingos Ribeiro  
Francisco de Assis Chagas Carneiro  
Antônio Ferreira Carneiro  
Antônio Carneiro Neves  
Congresso Ginástico Português  
Benjamin de Andrade Carvalho  
Manuel Boa Ventura da Silva  
Mariano Luiz da Silva

Nome do leiloeiro: J. DIAS  
Endereço: Rua General Câmara, número 74  
Número total de volumes: 7.983  
Nome dos proprietários: Antônio Joaquim Xavier Farias  
Leão Veloso  
José Martins de Freitas Pedrosa  
Raimundo Nunes  
Pandiá Calógeras  
D. Helena Severina dos Reis  
Cipriano de Oliveira Costa  
Consulado da França  
Visconde da Penha  
Doutor Júlio Brandão  
Comendador Antônio Mendes dos Reis  
Henrique de Magalhães  
Conselheiro Francisco Belizario

---

Fonte: *Jornal do Commercio*

Esta fonte nos dá pistas dos livros que existiam nas casas burguesas, mas não possibilita inferir serem D. Maria Amália, Carolina A. Matos e Helena Severina dos Reis leitoras que leram os livros, e depois pretendiam vendê-los. Elas poderiam ser apenas intermediárias nestas transações. Mas alguns leilões falavam de artistas ou francesas que se retiravam deixando outras ilações possíveis.

Na década de 1870, e o leiloeiro A. Cibrão, muito tradicional na época, foi o responsável por um leilão diferente. Na verdade, ele estava leiloando alguns livros de Mademoiselle F. Delorme, artista do Alcazar, famoso café-concerto da época, no Rio de Janeiro. A chamada para o leilão<sup>18</sup> alertava que eram livros em francês e demonstrava que a senhorita era muito interessada em história – *História da França*, em 12 volumes, a *História de Napoleão III*, em dois volumes e *As Guerras do Oriente*, também em dois volumes. Havia também *Os miseráveis* de Victor Hugo, 12 romances não especificados, as *Festas da França*,

---

<sup>18</sup> JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 3 mai 1876.

em quatro brochuras, *O Jornal para todos*, em sete volumes, sendo um em brochura. Muitos destes anúncios tratavam geralmente de “senhoras que se retiram da capital” e que preferiam o anonimato. De uma maneira geral, tinham uma tendência pronunciada para concentrar romances, folhetins, livros de história, livros de viagem e atlas geográficos. Cibrão, o leiloeiro de Mlle. Delorme era o mais cotado para estes anúncios. No caso de uma outra francesa, Mlle. A. J. Courdurlé,<sup>19</sup> os autores mais citados foram Alexandre Dumas, J. Racine e a condessa de Ségur, quando romances, pequenas histórias e poesias eram os gêneros mais frequentes.

Nos espaços privados, as leituras também se intensificavam. Machado de Assis descreveu, em vários livros e em crônicas, a ampliação do número de saraus e encontros sociais, focalizando muitas vezes o bairro de Botafogo, em casas nas quais existiam livros que, em leituras coletivas, integravam convidados e amigos. Alguns temas que eram típicos de folhetins eram os escolhidos para sessões repetidas. No conto *Casa Velha*, Machado coloca lado a lado gerações diferentes. No entanto, para a leitura em voz alta, a avó e a neta apreciam *Saint Clair das Ilhas ou os Desterrados da Barra*:

– Sinhazinha, o livro? Perguntou ela à neta.

– Está aqui vovó.

– É o mesmo da outra vez, Nhâtônia?

Era a mesma novela que lera quando aí esteve um ano antes, e queria reler agora: era *Saint Clair das Ilhas ou os Desterrados da Barra*. Meteu a mão no bolso e tirou os óculos, depois a caixa de rapé, e pôs tudo no regaço.<sup>20</sup>

As leitoras cariocas se tornaram cada vez mais parte do universo do livro, incorporando às suas leituras folhetins, o almanaque, o jornal. As livrarias também se mantiveram como pólos de atração e nelas as mulheres buscavam as novidades e as leituras corriqueiras. Não chegaram a formar sociedades ou confrarias nos moldes masculinos, tal como se deu com a Sociedade Petalógica ou o salão de escritores instalado na Garnier. Mas à medida que diminuiu o analfabetismo, a cidade ampliou o número de escolas e as mulheres puderam se profissionalizar, conquistando um lugar no universo de interesse criado pela cultura do livro. Outros fatos geraram melhores ofertas aos leitores, sobretudo com o aumento de bibliotecas públicas e particulares. As autoras já teriam aí muitas leituras para lhes servir de referência e reforçar os novos contingentes de escritoras.

<sup>19</sup> JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 2 de ago 1877.

<sup>20</sup> ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1979. v. 2, p. 1006-1008.

A chegada da imprensa no Brasil foi tardia, mas em um século as novidades foram sendo incorporadas com certa velocidade. As gráficas passaram de simples oficinas a modernas instalações com rotativas, a influência francesa prevaleceu na forma do livro e na moda do folhetim, as mulheres ganharam força no mercado editorial, por serem uma nova e potencial categoria que paulatinamente passou de simples leitora a autora, já quando o termo constava dos dicionários.

*Abstract:* The installation of the press in Brazil permitted that the circulation of books increased, even that him light in count to the difficulties of enlargement of the public reader, due to a high rank of illiteracy, The women reader was a new conquest that permitted the romances offering increase and *romances feuilleitons*, poetry and literature in general. The conquest of this reader was done also from announcements in newspapers. This public in potential also promoted the increase of the foreigners booksellers interest that passed form it the majority in the commerce, especially in the city of Rio de Janeiro. The women readers passed slowly it write books and pieces of theater, becoming authors.

*Keywords:* history of the book; readers in Brazil; books and readings in the XIX<sup>th</sup> century.

(Recebido e aprovado para publicação em setembro de 2005.)

Notas

Referências

BESSONE, Tania Maria. *Palácio de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros. Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ed. Ática, 1999. v. 2 .

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 1870-1903.

ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1979. v. 2.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira, 1550-1960*. São Paulo: Cultrix, 1977-1978.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário de Língua Portuguesa*. Fac-simile da segunda edição (1813). Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Oficinas da S. A. Lito-Tipografia Fluminense, 1922.

VAINFAS, Ronaldo (Org). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

ROMAIN-DAVENTURES. Disponível em: <<http://www.roman-daventures.info/auteurs/france/francais3.htm>> Acesso em:

BIBLIOTHEQUE NUMERIQUE GALLICA Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/anthologie>> Acesso em: